

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 4274/2019-PGJ, DE 18.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4070/2019-PGJ, de 31.10.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, nos dias 18 e 29.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4280/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Aquidauana, no julgamento do Processo nº 0000312-10.2007.8.12.0005, no dia 21.11.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4281/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 18.11.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4287/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Zona Eleitoral, no período de 25 a 29.11.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4288/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4139/2019-PGJ, de 5.11.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de novembro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
15 a 17.11.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
15 a 17.11.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4289/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Caarapó, Arthur Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0002271-83.2017.8.12.0031, em trâmite na referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4290/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Três Lagoas, Rosana Suemi Fuzita Irikura, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos da Ação Penal nº 0005360-81.2016.8.12.0021, em trâmite na referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4292/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 14.11 a 13.12.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4282/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3772/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4283/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3841/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4284/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3857/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4285/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/2703/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 4286/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3380/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Técnico – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II; 2.1) Suplente – Cristiane da Silva Sena, Técnico I.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 4276/2019-PGJ, DE 18.11.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.10 a 5.11.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4277/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11.11 a 10.12.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4278/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 33 (trinta e três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.10 a 29.11.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 4279/2019-PGJ, DE 18.11.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Katiany Aparecida Leite de Moraes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 19.11.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 52/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) **Inquérito Civil nº 06.2017.00001198-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcio Helvécio Ferreira Gonçalves - Assunto: Apurar a abertura de valas de drenagem em área de agricultura na Fazenda Fênix, de propriedade de Márcio Helvécio Ferreira Gonçalves.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler, OAB/MS nº 13.137 (JC Soluções Ambientais).

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003578-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Frankilin Platzeck - Assunto: Apurar supostos danos ambientais na propriedade rural denominada “Fazenda Michele”, consistente na supressão de vegetação nativa da área de preservação permanente no entorno de nascente. (IC nº 19/2015, migrado para o SAJMP). **Advogado: Everton de Souza Trevelin, OAB/SP nº 304.311.**

3) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000271-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual e Anderson Cristiano Nascimento - Requerido: “Bar Zero Grau” - Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento comercial denominado “BAR ZERO GRAU”, que estaria prejudicando a moralidade e a ordem pública, em desconformidade com o Código de Posturas Municipal de Deodápolis/MS.

4) **Inquérito Civil nº 06.2017.00001297-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gregório Dias - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda São Lourenço, município de Ponta Porã/MS (Programa SOS-RIOS).

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000817-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti /MS - Assunto: Visando apurar possível enriquecimento ilícito de agentes públicos do município de Dois Irmãos do Buriti. (IC nº 13/2012, migrado para o SAJMP). **Advogado: Áureo Garcia Ribeiro Filho, OAB/MS nº 8.310. (GARCIA RIBEIRO Advogados Associados).**

2) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000399-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcus Anibal Brizuela Lima - Assunto: investigar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente no imóvel rural denominado fazenda Jacareacanga I localizado no município de Ponta Porã/MS, bem como a ausência de área de reserva legal devidamente instituída e delimitada.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002228-6** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: JP-MI Empreendimentos Imobiliários Ltda., Oshita Empreendimentos Imobiliários Ltda., P & G Construções Ltda., Pedro Germano Abreu da Silva & Cia LTDA - ME - Assunto: Apurar eventual oferta/venda de loteamentos que estão sem as devidas autorizações/licenças legais (clandestinos). **Advogada: Camila Melinsky Satunaka, OAB/MS nº 21.551.**

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000549-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Douradina - Assunto: Apurar irregularidades na contratação de empresa de segurança pelo município de Douradina/MS, no evento denominado “14º Festa Agostina”, realizada nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2015. **Advogados: Dirce Maria G. do Nascimento, OAB/MS 1.856, Jaqueline Zambiasi Martins, OAB/MS nº 13.637, Sílvia G. do Nascimento Araújo, OAB/PR nº 28.576, OAB/MS nº 17.210-A e Walison Neves da Silva, OAB/MS nº 20.981.**

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000170-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Espólio de Antônio Rodrigues de Lima - Assunto: Apurar a

ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na fazenda Imbauval, localizada no município de Miranda/MS. (IC nº 16/2016, migrado para o SAJMP).

3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000753-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível contratação direta praticada pelo município de São Gabriel do Oeste com violação dos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública.

4) Inquérito Civil nº 06.2019.00000277-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Município de Aquidauana - Assunto: Investigar denúncia de utilização de equipamentos e pessoal da secretaria de obras do município de Aquidauana, para fazer limpeza em imóvel particular.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000710-1 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Unimed - Campo Grande MS Cooperativa de Serviços Médicos Ltda. - Assunto: Apurar sobre eventual falta ou insuficiência de ambulância.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000455-9 - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual conduta ímproba omissiva nas gestões 2016 e 2017 do Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001850-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio José Teixeira Mortari - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais gerados mediante a corte de árvores sem autorização do órgão ambiental competente e com degradação à área considerada de preservação permanente. (IC nº 01/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000035-5 - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental dos desmatamentos constatados pelo NUGEO Núcleo de Geoprocessamento, referente ao Parecer nº 16/16/NUGEO, relativo à fazenda Cana Brava II; Parecer 15/16/NUGEO, relativo à fazenda Campos Novos Gleba 1; Parecer 78/16/Nugeo, relativo à fazenda Rincão; Parecer nº 79/16/Nugeo, referente à propriedade localizada nas coordenadas 54° 38' 51" W e 20° 26' 15" S e Parecer nº 80/16/Nugeo, referente à fazenda Itaoca do Jacaré, todas localizadas no município de Campo Grande/MS. **Advogado: Daniel Castro G. da Costa, OAB/MS nº 12.480 (CASTRO, GRILO & PAVAN Advogados Associados).**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000529-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Manoel José Martins - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na realização de despesas com aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e afins, durante a gestão do ex-prefeito municipal Manoel José Martins, conforme teor do Ofício nº 05/13/TMV/MPC/TC/MS e cópias dos documentos dos autos TC/MS nº 61238/2011. (IC nº 24/2015, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002749-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Município de Angélica/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de gratificação a motoristas da Prefeitura de Angélica/MS.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000973-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Chácara Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Sebastiao Mariano - Assunto: Apurar possível desmatamento de 2,04 hectares, ocorrido na Chácara Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Sebastião Mariano, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, sem licença ambiental do órgão competente. (IC nº 08/2017, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000692-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos de Buriti /MS - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa consistente na contratação pelo município de Dois Irmãos do Buriti de empresa de propriedade do irmão do atual prefeito municipal, Sr. Wlademir de Souza Volk, para execução de obra pública no distrito de Palmeiras. (IC nº 10/2012, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003140-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar se houve participação do

Município no evento denominado "Feijoada Solidária" e, caso positivo, a destinação dos recursos auferidos com tal evento, que tinha caráter beneficente.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001883-8 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Itaporã - Assunto: Apurar a precária situação do Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva em Itaporã/MS. (IC nº 16/2012, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00003120-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes/MS - Assunto: Apurar possível existência de funcionários fantasmas, consistentes no recebimento de remuneração dos servidores públicos municipais Elizabeth Cândida Ramos e Alaur Rodrigues de Souza, sem, no entanto, nunca terem desempenhado suas funções no município de Bandeirantes-MS. (IC nº 05/2015, migrado para o SAJMP).

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00000440-7 (Sigiloso) - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande. Advogado: Marcelo Soriano, OAB/MS nº 7252-B (Advocacia Soriano).

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00001223-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado - Requerido: Ataíde da Silva Miranda - Assunto: Investigar a ocorrência de dano ambiental decorrente do represamento de córrego, canalização de nascentes e ampliação e reforma de barragens já existentes sem a devida licença ou autorização do Órgão Ambiental. Advogado: André Luiz Orué Andrade, OAB/MS nº 13.132.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000979-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adelmar Antônio Agostini - Assunto: Apurar possível desmatamento de 3.2 hectares, ocorrido na propriedade denominada Chácara II Irmãos, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, sem licença ambiental do órgão competente. (IC nº 11/2017, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000923-9 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Single Life Comercial EIRELI - Assunto: Apurar eventual lesão à coletividade dos consumidores pela fornecedora Single Life Comercial EIRELI em virtude da publicidade do produto Dr. Drink. Advogados: Enrico Francabilla, OAB/SP nº 172.565 e Camila Loureiro Montinho, OAB/MS nº 18.588; Fabrício Luis Pizzo, OAB/SP nº 184.678 e Pedro Carlos de Paula Fontes, OAB/SP nº 108.110 (PIZZO FONTES Advogados); Viviane Barci de Moraes, OAB/SP nº 166.465, Gabriel Issac Chalita, OAB/SP nº 142.229 e outros (BARCI DE MORAES Sociedade de Advogados).

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001212-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa no repasse de verba pública para entidade privada, constituída por Vereadores, para o fim de organizar da 38ª Festa do Peão de Angélica e a Festa do Distrito de Ipezal.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000976-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Aparecido do Nascimento - Assunto: Apurar o corte raso de cinco árvores de grande porte em Área de Preservação Permanente do Rio da Prata, ocorrido na fazenda Jangada, localizada em Jardim/MS, em tese, praticado por José Aparecido do Nascimento, sem licença ambiental do órgão competente. (IC nº 09/2017, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000556-5 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wladimir de Souza Volk - Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de licitação em relação ao Procedimento Administrativo nº 085/2010. (IC nº 06/2012, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003583-7 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdir José Zorzo - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocorridos na propriedade rural denominada "Estância Dallas" consistentes na drenagem de áreas de preservação permanente (várzea e nascentes) para a plantação de lavoura. (IC nº 22/2015, migrado para o SAJMP). Advogado: Frederico Penna, OAB/MS nº 4.989

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002758-1 - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de dano aos consumidores do Município de Deodápolis/MS, na modalidade Vício do Produto, praticado pelo estabelecimento comercial Auto Posto Mitai Ltda., consistente no fornecimento de combustível com vício de qualidade que o torna impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina, uma vez que o produto pode estar causando dano aos veículos que

são abastecidos no referido local. **Advogado: Danilo Jorge da Silva, OAB/MS nº 13.261.**

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000582-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Julio Podolan - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “Fazenda Pindorama”, localizada no município de Ponta Porã/MS.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001991-5 - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Matéria-Prima Comunicação Ltda., e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a legalidade material do Contrato Administrativo nº 141/2013, firmado entre o município de Ponta Porã e a empresa Matéria Prima Comunicações Ltda. (IC nº 38/2013, migrado para o SAJMP).

Campo Grande, 19 de novembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ESMP-MS

Processo Administrativo nº 09.2019.00003900-4

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral, Jaceguara Dantas da Silva.

2 - Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, representada por sua Procuradora-Chefe, Cândice Gabriela Arosio.

Objeto:

Promover a cooperação técnica entre as duas instituições, de modo a consolidar linhas de pesquisa, publicações, eventos, cursos e treinamentos conjuntos de interesse mútuo.

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 12.11.2019 a 12.11.2021.

Data da assinatura: 12 de novembro de 2019.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PGJ/2019 - SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 20/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3703/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral envasada e gás liquefeito de petróleo (botijão de 13 Kg), para atender às Promotorias de Justiça da Capital.

Vencedora/Preços Registrados: Claudemir Aires Vicente o item 1, no valor de R\$ R\$10,70 e o item 2, no valor de R\$11,90.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 19 de novembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados e torna pública que permanecem abertas inscrições para o CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019 que tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação de serviços de tradução de textos da língua portuguesa (Brasil) para línguas estrangeiras, de línguas estrangeiras para a língua portuguesa (Brasil) e de línguas estrangeiras para outra língua estrangeira.

Entrega do Requerimento de Credenciamento e da Documentação:

- Local: Sala da Coordenadoria de Licitações de Licitações - Procuradoria-Geral de Justiça - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Horário de atendimento: das 14:00 horas às 18:00 horas.

- Informações Gerais: (67) 3318-2145 ou pelo correio eletrônico licitacao@mpms.mp.br.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/convite ou na sala da Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Campo Grande, 19 de novembro de 2019.

HERMES ALENCAR DE LIMA

Presidente da Comissão de Credenciamento/PGJ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados e torna pública que, em relação ao CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019, que tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação de serviços de tradução de textos da língua portuguesa (Brasil) para línguas estrangeiras, de línguas estrangeiras para a língua portuguesa (Brasil) e de línguas estrangeiras para outra língua estrangeira, foi HOMOLOGADA a inscrição da tradutora Lorene Fernández Dall Negro Ferrari (CPF 298.350.701-72), com vistas à prestação de serviços de tradução do idioma espanhol para português (vice-e-versa).

Campo Grande, 19 de novembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR UFERMS**CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça, por intermédio da Comissão de Credenciamento/PGJ (CREDENCIAMENTO Nº 001/PGJ/2019 que tem como objeto a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação de serviços de tradução de textos da língua portuguesa (Brasil) para línguas estrangeiras, de línguas estrangeiras para a língua portuguesa (Brasil) e de línguas estrangeiras para outra língua estrangeira) comunica aos interessados e torna pública que o valor da Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul (UFERMS) foi atualizado para R\$ 28,91 (vinte e oito reais e noventa e um centavos), em atenção à Resolução/SEFAZ Nº 3.046, de 17 de outubro de 2019, gerando impactos na tabela de emolumentos estabelecidos na Deliberação/JUCEMS/Nº 001/2009 de 30 de março de 2009.

Campo Grande, 19 de novembro de 2019.

HERMES ALENCAR DE LIMA

Presidente da Comissão de Credenciamento/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.971 DE 20 DE MAIO DE 2019 (PÁGINAS 5 A 7) E NO DOMP-MS Nº 2.033 DE 20 DE AGOSTO DE 2019 (PÁGINAS 15 A 16) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/1140/2019

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- COMERCIAL S.B.S EIRELI, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2019.

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de divisórias, perfis, portas e fechaduras, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Painel divisória naval, miolo tipo colmeia, medidas: 1,20 m x 2,11 m, espessura de 3,5cm. Cor - Areia Jundiá. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	150	109,00
2	Painel divisória naval, miolo tipo colmeia, medidas: 1,20 m x 2,11 m, espessura de 3,5cm. Cor - Cinza Cristal. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	50	109,00
3	Porta para divisória, medindo 211 cm x 82 cm (A x L) e 35mm de espessura, incluindo fechadura cilíndrica, batentes, requadro (testeira) e dobradiças metálicas (3 unidades). Cor - Areia Jundiá. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	15	186,00
4	Porta para divisória, medindo 211 cm x 82 cm (A x L) e 35mm de espessura, incluindo fechadura cilíndrica, batentes, requadro (testeira) e dobradiças metálicas (3 unidades). Cor - Cinza Cristal. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	5	186,00
5	Perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo 1,18 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	220	7,90
6	Perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo 1,18 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	70	7,90
7	Perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo de 3,00 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	250	15,40
8	Perfil metálico "H" para painel de divisória, medindo de 3,00 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	70	15,40
9	Perfil metálico "U" para painel de divisória, medindo 3,00 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	350	13,85
10	Perfil metálico "U" para painel de divisória, medindo 3,00 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.	Unidade	100	13,85
11	Perfil metálico "NBV-1" (leito), para divisória, medindo 1,18 m, na cor preta.	Unidade	300	5,95

	<p>Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>			
12	<p>Perfil metálico "NBV-1" (leito), para divisória, medindo 1,18 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	100	5,95
13	<p>Perfil metálico "NBV-2" (baguete), para divisória, medindo 1,18 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	300	3,48
14	<p>Perfil metálico "NBV-2" (baguete), para divisória, medindo 1,18 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	100	3,48
15	<p>Perfil metálico "N21A" (batente), para porta medindo 2,12 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	30	13,90
16	<p>Perfil metálico "N21A" (batente), para porta medindo 2,12 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	10	13,90
17	<p>Perfil metálico "N21A" (batente), para porta, medindo: 0,85 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	15	5,90
18	<p>Perfil metálico "N21A" (batente), para porta, medindo: 0,85 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	5	5,90
19	<p>Perfil metálico "N21B I" (acabamento/testeira), para portas, medidas 2,11 m, na cor preta. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	60	8,45
20	<p>Perfil metálico "N21B I" (acabamento/testeira), para portas, medidas 2,11 m, na cor cinza. Marca: Eucatex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	15	8,45
21	<p>Fechadura para porta de divisória, com as seguintes características mínimas: maçanetas e espelhos em aço, mecanismos em aço galvanizado, cilíndrica, broca de 90mm, cor preta ou cromada, com no mínimo 2 (duas) chaves. Marca: Gold. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Unidade	50	49,00
22	<p>Espuma tipo baguete, para vidro, cor preta, composição do material: poliuretano, espessura 10mm. Marca: Itapex. Empresa vencedora: Comercial S.B.S EIRELI.</p>	Metro	50	0,79

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 14 de maio de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 014/2019/32PJ/CGR**

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2019.00001682-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar os motivos da não realização do procedimento cirúrgico ressecção endoscópica de próstata (RTU de próstata) pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e medidas necessárias à regularização do atendimento aos pacientes do SUS.

Campo Grande, MS, 14 de novembro de 2019.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS**EDITAL Nº 06.2019.00001704-3**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 01.2019.00007696-5 em Inquérito Civil nº 06.2019.00001704-3 abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2019.00001704-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jairo Queiroz Jorge

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de degradação de Área de Preservação Permanente em propriedade localizada no Projeto “Paraíso”, lote 20, às margens do Rio Sucuriú, na cidade de Três Lagoas/MS.

Três Lagoas - MS, 14 de novembro de 2019.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 029-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 06.2019.00000891-1 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000891-1 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SIMASUL

Objeto: Apurar a ocorrência de poluição atmosférica ocasionada pela ausência e/ou inoperância do filtro anti-fuligem da Siderúrgica Simasul de Aquidauana.

Aquidauana - MS, 18 de novembro de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

MIRANDA

RECOMENDAÇÃO N.º 09.2019.00001918-5

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001918-5

Representante: Ministério Público do Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Miranda/MS para o período de 2020 a 2024.

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por sua Promotora de Justiça da Infância e Juventude, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001921-9, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Miranda-MS, com fundamento no artigo 201, §5º, alínea “c”, da Lei Federal n. 8.069/1990; na Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP e na Resolução nº 005/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são resultado de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa, que busca efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução nº 113/06 - CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO que o CMDCA desempenha função considerada como de interesse público relevante (art. 89 do ECA), com papel central na formação da rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, sendo sua atuação imprescindível na formulação e controle da política local de atendimento dos direitos, promovendo inclusive os ajustes necessários;

CONSIDERANDO que deliberar e acompanhar a execução das políticas destinadas ao público infanto-juvenil inclui, também, promover a capacitação daqueles que trabalham na rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, dentre eles os Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que deve constar da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e do CMDCA, incluindo a formação continuada dos Conselheiros Tutelares (artigo 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA);

CONSIDERANDO que no mês de outubro/19 foi realizado o último Processo de Escolha Unificado para Conselheiros Tutelares, de modo que os eleitos serão empossados já no início do ano vindouro, sendo imprescindível que esteja minimamente capacitados para tão relevante função, prevenindo a atuação deficiente, com nefastos prejuízos às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que os princípios da legalidade e da eficiência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, deverão ser observados, também, pelos Conselheiros Tutelares, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa;

CONSIDERANDO que a capacitação realizada pela “Escola de Conselhos” ainda não tem previsão de abranger o município de Miranda-MS;

RECOMENDA à Excelentíssima Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Miranda que:

a) No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o CMDCA promova curso de capacitação de ordem prática destinado aos Conselheiros Tutelares (titulares e suplentes) do município de Miranda, com carga horária mínima de 20 h/a, abordando temas relacionados à atribuição dos Conselheiros Tutelares;

b) no prazo de 10 (dez) úteis, o CMDCA encaminhe a esta Promotoria de Justiça a programação completa do referido curso.

Encaminhe-se cópia desta à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA do Município de Miranda-MS, que deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO.

O descumprimento, total ou parcial, desta RECOMENDAÇÃO ensejará o ajuizamento da ação cabível.

Ainda, encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Vara da Infância e da Juventude desta comarca e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se.

Miranda, 12 de novembro de 2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça em subs. legal

RECOMENDAÇÃO Nº 09.2019.00001921-9

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001921-9

Representante: Ministério Público do Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar e acompanhar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Bodoquena/MS para o período de 2020 a 2024.

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por sua Promotora de Justiça da Infância e Juventude, no uso de suas atribuições, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001921-9, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Miranda-MS, com fundamento no artigo 201, §5º, alínea “c”, da Lei Federal n. 8.069/1990; na Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP e na Resolução nº 005/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são resultado de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa, que busca efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução nº 113/06 - CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO que o CMDCA desempenha função considerada como de interesse público relevante (art. 89 do ECA), com papel central na formação da rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, sendo sua atuação imprescindível na formulação e controle da política local de atendimento dos direitos, promovendo inclusive os ajustes necessários;

CONSIDERANDO que deliberar e acompanhar a execução das políticas destinadas ao público infante-juvenil inclui, também, promover a capacitação daqueles que trabalham na rede municipal de proteção às crianças e adolescentes, dentre eles os Conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que deve constar da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e do CMDCA, incluindo a formação continuada dos Conselheiros Tutelares (artigo 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90 e Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA);

CONSIDERANDO que no mês de outubro/19 foi realizado o último Processo de Escolha Unificado para Conselheiros Tutelares, de modo que os eleitos serão empossados já no início do ano vindouro, sendo imprescindível que esteja minimamente capacitados para tão relevante função, prevenindo a atuação deficiente, com nefastos prejuízos às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que os princípios da legalidade e da eficiência administrativa, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, deverão ser observados, também, pelos Conselheiros Tutelares, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa;

CONSIDERANDO que a capacitação realizada pela “Escola de Conselhos” ainda não tem previsão de abranger o município de Bodoquena-MS, integrante da comarca de Miranda-MS;

RECOMENDA à Excelentíssima Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Bodoquena que:

a) No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, o CMDCA promova curso de capacitação de ordem prática destinado aos Conselheiros Tutelares (titulares e suplentes) do município de Bodoquena, com carga horária mínima de 20 h/a, abordando temas relacionados à atribuição dos Conselheiros Tutelares;

b) no prazo de 10 (dez) úteis, o CMDCA encaminhe a esta Promotoria de Justiça a programação completa do referido curso.

Encaminhe-se cópia desta à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA do município de Bodoquena-MS, que deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, se haverá o acolhimento da presente RECOMENDAÇÃO.

O descumprimento, total ou parcial, desta RECOMENDAÇÃO ensejará o ajuizamento da ação cabível.

Ainda, encaminhem-se cópias da presente Recomendação à Vara da Infância e da Juventude desta comarca e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se.

Miranda, 12 de novembro de 2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça em subs. Legal

NOVA ALVORADA DO SUL

EDITAL Nº 0037/2019/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001064-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de eventual irregularidade e/ou superfaturamento no processo de licitação nº 110/17 (Pregão Presencial).

Nova Alvorada do Sul/MS, 18 de novembro de 2019.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL
Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001518-9.

Requerente: Ministério Público.

Requeridos: Bruna Carobrez, Maria Caroliny Carobrez e Renato Carobrez.

Assunto: Apurar a regularização ambiental da propriedade rural denominada Sítio Santo Antônio, pertencente a Antônio Wilson Carobrez e outros, consoante diagnóstico ambiental realizado.

Nova Andradina, 14 de novembro de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001519-0.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: José Joaquim de Oliveira.

Assunto: Apurar a regularização ambiental da propriedade rural denominada Sítio São José, pertencente a José Joaquim de Oliveira, consoante diagnóstico ambiental realizado pela empresa Toposat.

Nova Andradina, 14 de novembro de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL Nº 023/2019/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000720-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Jhone Kellyton de Souza

Assunto: Averiguar eventual dano ao meio ambiente decorrente de construção, sem licença ambiental, em área de preservação permanente, a 20 metros da margem do Rio Brilhante, na Fazenda Porto Alício, Ipezal, Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 12 de novembro de 2019.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 024/2019/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000179-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: João Aparecido Soares

Assunto: Averiguar eventual dano ambiental decorrente de derrubada de árvores no Sítio São João, Linha 23, KM 01, coordenada 71K 0803590VTM7559594, Ipezal, Angélica

Angélica/MS, 12 de novembro de 2019.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 025/2019/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000667-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual irregularidade no Pregão nº 044/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Angélica/MS

Angélica/MS, 12 de novembro de 2019

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

PEDRO GOMES

EDITAL Nº 0008/2019/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00002665-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002665-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar se a empresa que presta serviços funerários "Pax Med São Marcos" está descumprindo normas de proteção aos consumidores de Pedro Gomes, bem como apurar a natureza jurídica e regularidade legal do ato do Poder Público Municipal que concedeu, à referida empresa, delegação para a exploração de tais serviços.

Pedro Gomes/MS, 25 de outubro de 2019.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado

EDITAL Nº 0009/2019/PJ/PDG.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003436-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro, em Pedro Gomes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003436-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar o Ofício n. 20/CAOPPS/2018, que diz respeito aos padrões mínimos de qualidade exigidos para os anos iniciais do ensino fundamental.

Pedro Gomes/MS, 28 de outubro de 2019.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça designado